

## Estado do Rio Grande do Sul PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE GABINETE DO PREFEITO

**MENSAGEM/163** 

Rio Grande, 03 de julho de 2024

**Senhor Presidente:** 

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 044 que ACRESCE O ARTIGO 87-A NA LEI MUNICIPAL Nº 5.819/2003 E REVOGA O §3º DO ARTIGO 85 DA MESMA LEI.

A proposta legislativa visa conceder de forma equitativa direitos e garantias de segurança à gestação e à lactação, ao mesmo modo que atualmente as mulheres celetistas já possuem, por força do art. 394-A da CLT.

A indicação de limitação de seis meses de lactação, corrobora com entendimento vazado pela Organização Mundial da Saúde que indica a introdução alimentar de leite de vaca, a partir do sétimo mês.

Sendo o que tínhamos para o momento, firmamo-nos.

Respeitosamente,

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO Prefeito Municipal

À Sua Excelência Ver. GIOVANI BASTOS MORALLES Presidente da Câmara Municipal NESTA CIDADE

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!



## Estado do Rio Grande do Sul PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE GABINETE DO PREFEITO

## PROJETO DE LEI N° 044, DE 03 DE JULHO DE 2024

ACRESCE O ARTIGO 87-A NA LEI MUNICIPAL N° 5.819/2003 E REVOGA O §3° DO ARTIGO 85 DA MESMA LEI.

O PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

- **Art. 1º** Fica acrescido o artigo 87-A na Lei Municipal nº 5.819, de 07 de novembro de 2003, com a seguinte redação:
  - "Art. 87-A Sem prejuízo da percepção do adicional de risco à saúde decorrente de insalubridade ou do adicional de risco de vida, a servidora gestante ou lactante deverá ficar afastada das atividades insalubres ou de risco de vida.
  - §1º O afastamento de que trata este artigo se dará, no caso da lactante, até os seis meses da criança.
  - §2º Havendo necessidade devidamente atestada por médico pediatra do lactante, poderá ser prorrogado o prazo previsto no parágrafo anterior, mediante avaliação pelo setor médico competente do Município".
- **Art. 2º** Fica revogado o §3º do artigo 85 da Lei Municipal nº 5.819, de 07 de novembro de 2003".
  - Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 03 de julho de 2024

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO Prefeito Municipal

cc.:/Todas as Secretarias/CSCI/PJ/CMRG/Publicação

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!